



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

**ATA DA TRICENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2022**

Às treze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois, realizou-se, por meio de webconferência, usando a plataforma de Conferência Web RNP, a tricentésima sexagésima nona sessão ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso, sob a presidência do Reitor Evandro Aparecido Soares da Silva e com a presença dos conselheiros: Adam Luiz Claudino de Brito, Adelmo Carvalho da Silva, Adriana Aparecida do Vale Kitagawa, Adriano Aparecido de Oliveira, Alexia Marques Rodrigues, Allan Gonçalves de Oliveira, Auro Elias Fernandes da Silva, Benadilson Santa Rita Ferreira dos Santos, Bruno Bernardo de Araújo, Carlos César Breda, Carlos Eduardo Silva e Sousa, Cendyi Aparecida Paes de Barros do Prado, Cláudio Cruz Nunes, Denize da Silva Mesquita, Diogo Henrique Duarte Bezerra, Edson Ferreira Chagas, Eloisa de Oliveira Lima, Elton Brito Ribeiro, Evandro Luiz Dall'Oglio, Fábio José Lourenço, Gabriella Leite de Barros, Gisele Mocci, Giseli Alves Silvente, Grazielle Silva Tacanã, Ilce de Oliveira Campos, Ismael de Barros Rocha, Jackson Antonio Lamounier Camargos Resende, Jean Carlos Dourado de Alcântara, João Bosco Pereira de Souza Cajueiro, Jorge Perez, Larissa Cavalheiro da Silva, Leandro Denis Battirola, Léia de Souza Oliveira, Lindinalva Zagoto, Lisiane Pereira de Jesus, Loyse Tussolini, Luís Fabrício Cirrilo de Carvalho, Marcus Silva da Cruz, Maria de Fátima de Carvalho Ferreira, Maria Fernanda Soares Queiroz Ceron, Marluce Aparecida Souza e Silva, Martinho da Costa Araújo, Paulo Correa da Costa, Paulo César Venere, Pedro Luis Reis Crotti, Queli Lisiane Castro Pereira, Rosaline Rocha Lunardi, Roberto Lopes de Souza, Roberto Perillo Barbosa da Silva, Rodrigo Ferreira de Azevedo, Rogério Lúcio Lima, Rute Cristina Domingos da Palma, Sheila Cristina Ferreira Leite, Taís Helena Palhares e Tomires Campos Lopes. Apresentaram-se justificativa de ausência os conselheiros Antônio de Arruda Tsukamoto Filho e Eliane Augusto Ndyai devido ao período de férias. Iniciando a sessão, o Presidente cumprimentou os presentes e colocou a ata da 368ª sessão ordinária em apreciação, sendo aprovada com 28 votos favoráveis e 02 abstenções, sem emenda. Em informes, o conselheiro Marcus Silva da Cruz, registrou, com alegria, o resultado da última avaliação da Capes, em que o programa de pós-graduação em História IGHD manteve a nota 4 e o programa de Geografia subiu para a nota 4, com a possibilidade de criação de doutorado, e o mestrado profissional em História em rede subiu para a nota 5 e também parabenizou aos programas da instituição que subiram de nota e aos Pró-Reitores Jackson Lamounier C. Resende, da Propg e Leandro Battirola, da Propeq, pelo trabalho executado que muito contribuiu para que a UFMT obtivesse esse resultado. Prosseguindo, o conselheiro Leandro Denis Battirola informou a pedido do Pró-Reitor de Pós-Graduação, Jackson Lamounier C. Resende que se encontra participando do Colégio de Pró-Reitores em Recife, ressaltando o resultado positivo da avaliação quadrienal da Capes, onde tivemos aumento no conceito Capes, no total de doze programas de pós-graduação, sem computar os Programas em rede e agradeceu o empenho de todos coordenadores que não mediram esforços para alcançar esses resultados, que é muito benéfico para toda comunidade acadêmica. Seguindo, também informou sobre o resultado final do Edital do CNPq, onde a UFMT foi contemplada com 320 bolsas de Iniciação Científica e já iniciou a sua implementação, assim como a implementação das bolsas Pibic - Ação afirmativa e registrou que no mês de novembro será realizado o XXX Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. Em continuidade, a conselheira Taís Helena Palhares realizou a leitura de

Ela



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



48 uma carta aprovada pelo Colegiado de Departamento do Curso de Jornalismo e
49 homologada pela Congregação da FCA, sobre a rescisão contratual de professora substituta
50 e após apresentou o manifesto aprovado na Congregação da FCA, onde registram o avanço
51 da Faculdade desde a sua fundação, hoje com cinco cursos de graduação, especialização e
52 dois Programas de Pós-Graduação, sendo que o Programa de Estudos Contemporâneos foi
53 avaliado com nota 5 e registra a necessidade de contratação de três docentes efetivos para o
54 curso de Jornalismo, sob o risco do currículo aprovado em 2017 não ser ofertado e abordou
55 a falta de espaço físico para que os docentes possam desenvolver seus trabalhos na
56 Instituição. Seguindo, a conselheira Marluce Aparecida Souza e Silva lamentou o informe
57 apresentado pela conselheira Tais Palhares e disse que ele atende aos demais Institutos e
58 Faculdades, que também têm tido vagas de servidores cortadas e dificuldades para
59 contratação e sugeriu que a matéria deve constar como ponto de pauta. Seguindo, também
60 destacou o resultado da avaliação da Capes, onde o Curso de Mestrado em Política Social
61 avançou de 3 para 4 e sobre a avaliação das três revistas do ICHS que foram indexadas
62 com Qualis A2, sendo um trabalho e esforço que precisa ser reconhecido dentro da
63 Universidade. Prosseguindo, a conselheira Marluce teceu considerações sobre o trabalho
64 da Comissão de Fiscalização sobre a apresentação do comprovante vacinal e disse que
65 recebeu informações muito gerais, ficando comprovada a dificuldade com o sistema para
66 apresentação do comprovante e solicitou aos Diretores dos Institutos e Faculdades que
67 apresentem as informações sobre a apresentação do comprovante vacinal para que a
68 comissão possa realizar seu trabalho. Em seguida, o conselheiro Carlos Eduardo Silva e
69 Souza cumprimentou os doze programas de pós-graduação que tiveram sua nota elevada e
70 registrou sua honra de ter sido aluno egresso e, posteriormente, coordenador do Programa
71 de Pós-Graduação em Direito, que obteve nota 4 e agradeceu aos discentes, docentes,
72 técnicos e Diretoria da faculdade de Direito do período da avaliação, assim como, a gestão
73 da universidade que sempre esteve pronta a somar, para que esta conquista fosse possível.
74 Prosseguindo, o conselheiro Carlos Eduardo também cumprimentou a conselheira Marluce
75 Aparecida Souza e Silva pelo êxito do Programa de Pós-Graduação em Política Social e
76 reconheceu o trabalho da conselheira, que de maneira incansável trabalhou para a obtenção
77 do sucesso da indexação das revistas qualis A2. No mesmo sentido, o conselheiro Jorge
78 Perez registrou o avanço da nota do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e
79 Metabolismo. Ato contínuo, apresentou a manifestação dos professores do Curso de
80 Ciência e Tecnologia de Alimentos que estão muito preocupados com a questão de
81 insegurança no bloco B do CCBS I e solicitam a contratação de porteiro no período
82 noturno. Continuando, a conselheira Lisiane de Jesus informou sobre a realização do 6º
83 Fórum de Assistência estudantil, que contou com a participação de 150 alunos inscritos,
84 sendo discutido o corte nos recursos para a assistência estudantil. O conselheiro Edson
85 Chagas registrou a manutenção dos Programas de Pós-Graduação em Física e Física
86 Ambiental com a nota 4 e o de Física em Rede subiu para a nota 5. A conselheira Léia
87 Oliveira convidou a todos para participarem do ato em defesa da democracia, da
88 Universidade Pública e pró-Lula, também registrou, em nome do Sintuf, o reconhecimento
89 ao professor Renilson Rosa Ribeiro pelos projetos desenvolvidos junto aos trabalhadores
90 em educação, enquanto Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Vivência, pela dedicação e
91 profissionalismo que desenvolveu sua atividade e desejou êxito ao novo pró-reitor da
92 Procev. Finalizando, informou sobre o trabalho da Comissão da Jornada Contínua, a qual
93 irá publicar ofício circular às unidades com instruções para a solicitação da jornada
94 contínua no setor. A seguir, o Presidente registrou seus agradecimentos por toda



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

95 contribuição do professor Renilson Rosa Ribeiro, à frente da Procev e da Editora da
96 UFMT, na sua gestão. Também informou que o maestro Luiz Fabricio Cirilo de Carvalho
97 aceitou o convite para assumir a Procev e desejou às boas vindas e sucessos na sua gestão.
98 Continuando, o Presidente cumprimentou os (as) Diretores (as), Coordenadores (as) dos
99 Programas de Pós-Graduação dos 12 cursos que obtiveram sucesso na avaliação quadrienal
100 da Capes, ressaltando que alguns programas aguardam a revisão da avaliação; registrou
101 cumprimentos ao Secretário da STI e aos servidores, que em tempo recorde realizaram a
102 migração do SEI; informou sobre a Carta da Ebserh enviada aos Superintendentes do
103 Hospitais Universitários, versando sobre a mudança do regimento e após intervenção da
104 Andifes a matéria saiu da pauta da Ebserh; comunicou sobre o pedido da Andifes ao
105 Ministro da Educação para não homologar o Parecer do Conselho Nacional de Educação,
106 sobre ensino híbrido, que foi aceito pelo ministro e o tema será encaminhado para
107 discussão nas universidades. Em continuidade, o Presidente colocou em apreciação a pauta
108 e apresentou os pedidos de inclusão dos processos encaminhados pela Fundação Uniselva
109 sobre a indicação de representante do Consuni para o Conselho Curador e Fiscal e os
110 processos n°s 23108.084242/2022-11 e 23108.084056/2022-20, que solicitam a revisão da
111 Resolução Consuni 56/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade do cartão vacinal. O
112 conselheiro Bruno Bernardo de Araújo ponderou, pela ordem, que os processos não tinham
113 relatores e sugeriu que fossem distribuídos e relatados em outra reunião. O Presidente
114 acolheu o pedido de ordem e informou que convocará reunião extraordinária para
115 apreciação dos processos sobre a Resolução 56/2022. Seguindo, colocou em votação os
116 pedidos de inclusão dos processos encaminhados pela Fundação Uniselva, sendo aprovado
117 com 43 votos favoráveis e 02 abstenções. Prosseguindo, o Presidente colocou em votação a
118 pauta, constante no Ofício circular n° 12, acrescidos dos processos da Fundação Uniselva,
119 sendo aprovada, por unanimidade. Em continuidade, o Presidente passou a palavra à
120 conselheira Loyse Tussolini, para apresentação do seu relato de vista ao Processo n°
121 23108.111667/2021-77, requerente Sandra Negri, dispõe sobre recurso contra a decisão da
122 Faculdade de Direito. Ato contínuo, o conselheiro Carlos Eduardo Silva e Souza solicitou
123 questão de ordem e com absoluto respeito à ilustre Conselheira, Profa. Dra. Loyse
124 Tussolini, pediu licença para, com fulcro na Lei n° 9.784/99, instrumento normativo que
125 rege o processo administrativo federal, arguir a sua suspeição para julgamento do presente
126 processo, seja como relatora/revisora, seja no voto como Conselheira, alegando a estreita
127 relação que a Conselheira Loyse Tussolini possui com a Docente Recorrente, Profa. Dra.
128 Sandra Negri e relacionou as atividades conjuntas desenvolvidas pelas citadas e em razão
129 da estreita relação entre a Conselheira e a Docente Requerente e objetivando assegurar o
130 devido processo legal administrativo e a estrita legalidade dos atos administrativos,
131 apresentou com absoluto respeito a este Conselho e a ilustre Conselheira em questão a
132 exceção de suspeição da Conselheira Loyse Tussolini para julgamento da presente
133 demanda, não apenas como relatora/revisora, mas também como conselheira. Em
134 discussão, a conselheira Loyse Tussolini defendeu que não é porque realiza projetos de
135 trabalho com a requerente que possui relação íntima com a requerente, com a qual tem
136 relação de trabalho e considerou injusta a suspeição apresentada pelo Diretor da faculdade
137 de Direito e salientou que o câmpus do Araguaia é pequeno e não tem como não conhecer
138 um outro docente. A conselheira Léia Oliveira manifestou-se constrangida com a questão
139 de ordem de suspeição contra a relatora de vista, alegando que na universidade não existe
140 neutralidade, não tem relação pessoal, política e que estamos num país democrático,
141 registrando sua indignação e ponderou que não cabe tal suspeição. O conselheiro Carlos

ER



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



142 Eduardo Silva e Souza ressaltou que inicialmente registrou que a questão foi apresentada
143 com absoluto respeito a conselheira e que se trata de dever legal e não se pode confundir
144 neutralidade com imparcialidade e cabe ao Conselho decidir. Após ampla discussão, o
145 Presidente colocou em votação a aprovação da questão de ordem, apresentada pelo
146 conselheiro Carlos Eduardo Silva e Souza, de suspeição, nos termos da Lei nº 9.784/99, da
147 relatora do pedido de vista ao Processo nº 23108.111667/2021-77, recebendo 04 votos
148 favoráveis, 28 contrários e 17 abstenções, ficando indeferida a questão de ordem. Em
149 seguida, a conselheira Loyse Tusselini fez a leitura do seu relato de vista, sobre o recurso
150 da docente Sandra Negri contra a decisão da Faculdade de Direito referente ao pedido de
151 remoção do campus do Araguaia para Cuiabá, constante no documento SEI 5146539,
152 destacando o currículo e atividades desenvolvidas pela recorrente, as normas que regem o
153 pedido e afirma que a requerente cumpre ao requisitos para a remoção e o perfil exigido
154 pela Faculdade de Direito e concluiu com voto favorável ao pedido da remoção da
155 requerente Sandra Negri. Prosseguindo, o conselheiro Carlos Eduardo Silva e Souza
156 ressaltou que não se trata da capacidade da recorrente, mas a questão da legalidade, teceu
157 considerações sobre a decisão unânime do Colegiado de Curso e da Congregação da
158 Faculdade de Direito, que indeferiu o pedido da requerente, por não atender o edital
159 específico e os requisitos do cargo, salientando que a requerente não é doutora na área de
160 Direito, exigência do Edital e a docente não tem afinidade com nenhuma área exigida. A
161 conselheira Loyse Tussoloni entende com base no relato do conselheiro Marcus Cruz que a
162 requerente atende o edital. O conselheiro Adelmo Carvalho esclareceu sobre o perfil da
163 vaga docente no concurso prestado pela requerente, no qual a banca avaliou e aprovou, de
164 forma que a candidata foi aprovada no concurso e tem o perfil docente e o outro aspecto é
165 o perfil exigido pela Faculdade de Direito para preencher a vaga de aposentadoria e cabe a
166 Faculdade deliberar sobre esse perfil. A conselheira Marluce Aparecida Souza e Silva
167 destacou o relato detalhado da professora Loyse Tussoloni e entende que o mesmo deixa
168 claro que a recorrente possui um currículo voltado mais para a área de gestão, que do
169 Curso de Direito e compreende que a exigência do edital e a deliberação da Faculdade de
170 Direito devem ser respeitadas. Seguindo, o conselheiro Carlos Eduardo Silva e Souza
171 reforçou que cabe a unidade detentora da vaga definir a área da vaga e afirmou que a
172 candidata não preenche o primeiro requisito que é doutorado em Direito e não há afinidade
173 na produção acadêmica da requerente com a Faculdade de Direito e conclamou que a
174 autonomia e deliberação da Faculdade sejam respeitadas. O conselheiro Marcus Cruz,
175 relator inicial do processo, salientou que no fulcro da discussão, se a requerente cumpre ou
176 não o perfil da vaga, apesar do currículo extenso da requerente, entende que não há
177 aderência para atender o perfil da vaga constante no edital e, portanto, discorda do relato
178 da conselheira Loyse Tussoloni. A conselheira Loyse Tussoloni observou que no seu
179 entendimento a área exigida no edital fala só Direito Administrativo e do Trabalho e
180 considerou que na mesma reunião que definiram a área foram analisados os currículos dos
181 candidatos, se atendiam ou não o edital, de forma que quando aconteceu a inscrição não
182 tinha o perfil do docente para preenchimento da vaga. O conselheiro Carlos Eduardo Silva
183 e Souza esclareceu que, primeiramente, foi publicado um edital de remoção pela
184 Universidade e as inscrições foram realizadas e a vaga para Direito só surgiu após a
185 publicação desse edital, por isso que a Faculdade de Direito definiu a área posteriormente e
186 consta expressamente da exigência de Doutorado em Direito. Após ampla discussão, o
187 Presidente colocou o relato de vista da conselheira Loyse Tussoloni em votação, favorável
188 ao recurso da requerente, Sandra Negri, que foi indeferido, com 22 votos favoráveis, 26

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

189 votos contrários e 03 abstenções. A seguir, o Presidente passou a palavra ao conselheiro
190 Marcus Cruz, que reapresentou seu relato sobre o Processo nº 23108.111667/2021-77,
191 requerente Sandra Negri, dispõe sobre recurso contra a decisão da Faculdade de Direito,
192 constante no documento SEI 5059796, cujo voto pelo indeferimento do recurso e
193 manutenção da Decisão do Colegiado de Curso de Direito, da Faculdade de
194 Direito/Cuiabá, foi aprovado com 23 votos favoráveis, 16 votos contrários e 09 abstenções,
195 consubstanciando a Decisão Consuni-UFMT nº 25/2022. A seguir, o conselheiro Elton
196 Brito Ribeiro relatou o Processo nº 23108.074824/2022-37, requerente, Ouvidoria da
197 UFMT, dispõe sobre a aprovação do balanço de gestão da Ouvidoria, referente ao triênio
198 2019-2022 e a recondução do Servidor Paulo Sérgio Almeida dos Santos ao cargo de
199 Ouvidor da UFMT, sendo o Relatório/voto, documento SEI 5125267, favorável à
200 aprovação do relatório de gestão da Ouvidoria e pela recondução do Ouvidor, que em
201 votação foi aprovado com 41 votos favoráveis, 01 contrário e 01 abstenção,
202 consubstanciando a Decisão-Consuni nº 26/2022. Seguindo, o conselheiro Adam Luiz
203 Claudino de Brito relatou o Processo nº 23108.020585/2022-03, requerente, Doriane
204 Azevedo, dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Núcleo de Estudos e Escritório
205 Modelo de Arquitetura e Urbanismo, cujo voto favorável, constante no documento SEI
206 5104681, foi aprovado com 41 votos favoráveis e 02 abstenções, consubstanciando a
207 Resolução Consuni-UFMT nº 41/2022. Continuando, o Presidente comunicou a retirada de
208 pauta do Processo nº 23108.053606/2022-69, referente a atualização do Regimento Interno
209 do Núcleo de Pesquisa em Pecuária de Leite (NPLeite), em virtude do relato do
210 conselheiro Antonio de Arruda Tsukamoto Filho, que o encaminha em diligência. A
211 seguir, o conselheiro Leandro Denis Battirola leu o relatório do conselheiro Jorge Luiz
212 Perez, que dispõe sobre proposta de atualização do Núcleo de Estudos em Aptidão Física,
213 Informática, Metabolismo, Esportes e Saúde (Nafimes), tendo o relator apresentado voto
214 favorável à aprovação da minuta de Regimento Interno do Núcleo de Estudos em Aptidão
215 Física, Informática, Metabolismo, Esportes e Saúde (Nafimes) da Faculdade de Educação
216 Física (FEF) da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá,
217 mantendo o inteiro teor do documento encaminhado ao Conselho Universitário
218 (SEI 4872912), que em votação foi aprovado com 41 votos favoráveis e 05 abstenções, de
219 acordo com a Resolução Consuni-UFMT nº 92/2022. Em continuidade, o Presidente
220 passou a palavra a conselheira Marluce Aparecida Souza e Silva, requerente do Processo
221 23108.049535/2022-08, que solicita discussão sobre o orçamento da Universidade Federal
222 de Mato Grosso do exercício de 2022. A conselheira Marluce Aparecida Souza e Silva
223 observou que o pedido também foi apresentado por outros diretores e o objetivo é solicitar
224 informações mais precisas sobre os impactos dos cortes no orçamento da instituição e no
225 cotidiano do trabalho dos servidores. Considerou sobre a impossibilidade de realização de
226 serviços, de aquisições para o cotidiano do ensino e segurança dos trabalhadores na
227 UFMT. A conselheira Marluce Aparecida acrescentou sobre a situação estrutural dos
228 prédios e indagou qual o impacto dos cortes no orçamento, nas bolsas de assistência
229 estudantil. O Presidente esclareceu que desde 2013 o orçamento tem sofrido redução na
230 LOA, colocando que em 2013, o custeio discricionário era de cerca de 160 milhões de
231 reais. Esse ano, o orçamento já foi contingenciado e cortado, o que faz com que os Reitores
232 tenham que buscar outras alternativas, indo até o Congresso para buscar recursos de
233 emendas, que permitiu continuar com as obras do Finep e outras obras não terminadas,
234 considerando a política de concentração do orçamento no Ministério da Economia. O
235 Presidente ressaltou ainda que o orçamento de Capital da UFMT é, nesse ano de 2022,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

236 cerca de 5% apenas do orçamento de Capital de 2013. Essas reduções, consequentemente,
237 causam impactos significativos e a UFMT teve que realizar adequações, como o caso da
238 segurança, de implantar a segurança motorizada, a implantação da energia fotovoltaica
239 para reduzir o valor da energia e um aumento significativo no valor da refeição do RU,
240 entre outras ações, tudo em função dos cortes no orçamento e informou que a Andifes tem
241 realizado ações para reverter os cortes orçamentários, mas até o momento não teve êxito.
242 Seguindo, o conselheiro Roberto Perillo agradeceu a oportunidade de apresentar a situação
243 orçamentária da UFMT e informou que a matéria já foi apresentada no Consepe, também
244 será publicada no site da Proplan e ressaltou que o orçamento da UFMT vem sendo
245 construído de maneira coletiva por uma comissão conjunta composta com membros do
246 Consepe e Consuni. A seguir, apresentou a evolução da LOA de 2013 a 2022, que em 2014
247 registrou cerca de R\$ 206.000.000,00 (valores corrigidos) e em 2022 aproximadamente R\$
248 116.000.000,00, constatando a redução de quase 50% nos valores de custeios, além do fato
249 que, para além da redução nos valores, a cada ano ocorrem os contingenciamentos.
250 Continuando, apresentou os valores destinados a investimentos, destacando em seguida os
251 valores dos custeios discricionários, aqueles que de fato a universidade geri. Mostrou que,
252 em 2014, o custeio discricionário foi da ordem de R\$ 169.000.000,00 (valor corrigido) e,
253 em 2022, cerca de R\$ 88.000.000,00; Já os recursos do Pnaes, em 2014 foi de R\$
254 24.000.000,00 (valor corrigido) e 2022 R\$ 16.000.000,00. Também apresentou os valores
255 executados em contratos de limpeza, energia, RU, vigilância e Mão de obra. Seguindo,
256 manifestou sobre o corte no orçamento de 2022 no valor de R\$ 6.812,110,00 e, conforme
257 decisão da Comissão Conjunta em 2021, foram destinados R\$ 4.956.465,00 para reserva
258 técnica e, com o corte do Governo, esse recurso foi cortado. Ainda assim, resta um déficit
259 de aproximadamente R\$ 2.000.000,00, de maneira que, até o momento, não houve
260 nenhuma ação de corte, de fato. Após a apresentação, o conselheiro Roberto Perillo
261 esclareceu que, dos R\$ 16.500.000,00 do Pnaes, praticamente metade é destinado para
262 cobrir despesas com os restaurantes universitários. Como as despesas com os restaurantes,
263 para o ano de 2022, está estimada em cerca de R\$ 12.500.000,00, essa diferença de
264 aproximadamente R\$ 4.500.000,00 é oriunda dos recursos de custeio da UFMT. A outra
265 parcela do Pnaes é destinada para os auxílios e bolsas gerenciados pela Prae. A seguir, a
266 conselheira Marluce Aparecida Souza e Silva solicitou esclarecimentos sobre os recursos
267 advindos da PLOA no ano de 2021, se foram mantidos e como foram consumidos; consta
268 na apresentação custo com mão de obra, qual é esse serviço, se tem contrato com prestação
269 de serviço e como foi colocado que não houve corte de bolsas porque foi rescindido o corte
270 da bolsa dos estagiários. O conselheiro Roberto Perillo esclareceu, primeiramente, que o
271 saldo no período de pandemia foi convertido para investimento em tecnologia da
272 informação, energia fotovoltaica, retomada das obras de dois blocos didáticos no campus
273 de Cuiabá e dois prédios em Sinop, aquisição de um ônibus, apoio aos estudantes com
274 aquisição de chips e chromebooks, dentre outras ações, as quais estão detalhadas no
275 Relatório de Gestão (disponível no site da Proplan). Com relação aos contratos de mão de
276 obra, esclareceu que vários contratos são basicamente de mão de obra, como exemplo
277 motorista e trabalhadores para serviços na área verde, e sugeriu consultar a Proadi para
278 maiores informações sobre os contratos. Quanto ao corte dos estagiários, ressaltou que não
279 houve corte de recursos. Foram mantidos os 350 mil destinados a contratação de
280 estagiários para o ano de 2022, conforme deliberado na Comissão de Orçamento. Contudo,
281 para se manter a quantidade de estagiários que havia no início do ano de 2022, seriam
282 necessários mais recursos. Então, a Gestão Superior decidiu não realizar os cortes nos

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

283 contratos logo no início do ano, pois havia a possibilidade de suplementação, inclusive, em
284 função da chamada reserva técnica. Mas, com o corte orçamentário sofrido pela UFMT,
285 não restou outra alternativa a não ser rescindir todos os contratos vigentes. O conselheiro
286 Jorge Perez agradeceu a informações sobre o orçamento e teceu considerações sobre a
287 situação de insegurança nos prédios da Fanut por falta de vigilantes e porteiros após às 19
288 horas. Ele informou ainda que tem curso querendo entrar em greve devido a questão de
289 segurança e comentou a difícil situação por falta de estrutura, devido à falta de eletricitista,
290 marceneiro, que não tem como fazer manutenção. O conselheiro Roberto Perillo disse que
291 compreende a preocupação. Além disso, comunicou que a apresentação será
292 disponibilizada para todos os conselheiros. Após ampla discussão, o Presidente agradeceu
293 aos conselheiros Marluce e Perillo e pelo adiantado da hora encerrou a sessão, às dezessete
294 horas e quarenta e cinco minutos, sendo lavrada esta ata por mim Elenir Motta Sanches
295 Arruda, Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores, que a escrevi e subscrevo, após lida
296 e aprovada pelo Plenário do Conselho Universitário. Em tempo: em atendimento a
297 solicitação da conselheira Tais Palhares incluo a carta do Colegiado de Curso de Curso de
298 Jornalismo, conforme a seguir:

299 “Ao Sr. Adelmo Carvalho da Silva

300 Pró-Reitor de Ensino de Graduação

301 Assunto: Rescisão contratual de docente substituta.

302 Prezado Pró-Reitor,

303 Na última sexta-feira (9), por volta do meio-dia, o Departamento de Comunicação Social -
304 e, conseqüentemente, este Colegiado - foi surpreendido com o teor do Processo SEI nº
305 23108.079642/2022-52 (em tela), Ofício 50/2022 - SGP - CAP - SADPS/UFMT (5103182): a
306 Profa. Dra. Tássia Becker Alexandre teria o seu contrato rescindido ao final do mesmo dia.
307 Tão “simples” quanto isto. O ofício chegou de forma abrupta e desconsiderando o
308 contexto já precarizado de funcionamento do curso de Jornalismo, sobretudo em relação
309 à quantidade de docentes em seu quadro. A decisão deixa de lado qualquer apego às 40
310 horas de encargos didáticos, que, do dia para a noite, ficam descobertas. Não há qualquer
311 apego aos imensuráveis prejuízos que o cancelamento de seis disciplinas obrigatórias do
312 curso, com o semestre em andamento, causa a estudantes de Jornalismo, especialmente
313 no que diz respeito à integralização do curso e aos alicerces didático-pedagógicos mais
314 razoáveis ao processo de ensino-aprendizagem; nem há qualquer apego às contingências
315 que levam uma profissional a sair da sua residência, no Rio Grande do Sul, para se dedicar
316 ao trabalho, cuja previsão de término, conforme Termo Aditivo (5108287), estava
317 apazada para 1º de janeiro de 2023; tampouco há qualquer apego à dedicação da
318 docente em planejar e preparar as disciplinas que estavam sob a sua responsabilidade. Foi
319 uma decisão fria, pragmática e nociva, proferida sem qualquer cerimônia. A professora
320 Tássia, em 2022/1, está à frente, repetimos, de seis componentes curriculares obrigatórios
321 do curso de Jornalismo (5108339): Produção e Difusão em Telejornalismo (7º período - 64
322 horas); Técnicas de Telejornalismo (4º período - 64 horas); Linguagem de Vídeo (3º
323 período - 32 horas); Administração de Produtos Editoriais (6º período - 32 horas);
324 Entrevista em Jornalismo (3º período - 32 horas); e Jornalismo Esportivo (2º período - 32
325 horas). O vácuo docente nestas disciplinas, com o inevitável cancelamento de todas elas
326 diante do semestre em andamento, lesa um total de 94 estudantes matriculados/as,
327 comprometendo a integralização do curso, especialmente nas disciplinas que funcionam

ESB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

328 como pré-requisitos de outras que estão por vir. A situação da comunidade estudantil no
329 percurso do último ano é ainda mais dramática. Há discentes que estão matriculados/as
330 em três dessas disciplinas. Como a interdisciplinaridade é um valor importante ao curso,
331 outros componentes curriculares (bem como um número ainda maior de discentes) terão
332 as suas atividades comprometidas também, direta e indiretamente. O argumento
333 utilizado pela SGP é compreensível: o lastro ocupado pela Profa. Dra. Tássia Becker
334 Alexandre, como docente substituta, deixou de existir na medida em que a Profa. Dra.
335 Nealla Valentim Machado tomou posse, no início de agosto, como professora efetiva. Mas
336 também é procedente que, se o aparato legal que perpassa vínculos temporários e
337 efetivos no magistério superior existe desde 1993 (Lei nº 8.745/1993) e/ou 2019 (Ordem
338 de Serviço nº 01/2019/SGP), a previsibilidade é (ou deveria ser) algo trivial. Em outros
339 termos, se o cabedal normativo já existia bem antes de 9 de setembro de 2022, quando a
340 notificação foi realizada, parece-nos razoável que o Departamento de Comunicação (e
341 tantos outros, que, agora, encaram a perda de docentes e disciplinas descobertas) deveria
342 ter sido notificado no exato momento em que o lastro de aposentadoria fora ocupado
343 pela posse da docente efetiva. Ou até antes, no momento em que o concurso teve o seu
344 resultado homologado e publicado no Diário Oficial da União. Se isso tivesse ocorrido, o
345 curso teria tido a oportunidade de se planejar de outro modo, já levando em conta que a
346 chegada de uma docente implicaria o imediato desligamento de outra. É bem verdade
347 que as seis disciplinas continuariam sem docente responsável, mas o prejuízo de
348 interrompê-las durante o andamento do semestre seria mitigado. Outro caminho possível
349 seria uma flexibilização que pusesse fim ao contrato no término do semestre corrente.
350 Nada disso foi posto em diálogo. Eventos dessa natureza se sucedem, prezado Pró-Reitor,
351 porque a nossa sensação é de que a Secretaria de Gestão de Pessoas funciona de tal modo
352 a manter-se totalmente desconectada das finalidades didático-pedagógicas da
353 instituição, quando, na realidade, como se nota, a sua atuação tem impacto direto (para o
354 bem ou para o mal) na sala de aula: a partir de uma notificação da SGP, cerca de 100
355 estudantes de um curso terminaram a última semana com as disciplinas em andamento,
356 mas iniciaram esta sem professora. Vale ressaltar que, no mesmo dia, o curso conseguiu
357 dois prêmios nacionais (foram 3 no Departamento, algo inédito até agora para esta
358 universidade), inclusive destacando que isso se deu apesar de não termos concorrido em
359 algumas categorias por falta de financiamento da universidade. Nas modalidades
360 "Reportagem em jornalismo impresso" e "Documentário jornalístico e grande reportagem
361 em áudio e rádio", na Expocom 2022 (Exposição de Pesquisa Experimental em
362 Comunicação), premiação constituinte do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da
363 Comunicação, estudantes não tiveram estrutura adequada para produção e, ainda que
364 sem condições estruturais de competir com muitas universidades com as quais
365 concorreram, levaram estes importantes reconhecimentos a partir de processos
366 dependentes de seus equipamentos pessoais. Diante disso, a mesma comunidade discente
367 perde a perspectiva de comemoração do (enorme) feito e de formatura dentro do período
368 prometido pela UFMT desde o ato de suas matrículas. Pensamos que esta seja uma
369 ocasião bastante indicadora do momento que estamos vivendo (zeitgeist, como dizem os
370 alemães): a universidade, em crise profunda de funcionamento, precisa colocar a bola no
371 chão e refletir sobre o que está acontecendo. Se a pauta de falta de docentes não for

Elza



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

372 encampada como um problema institucional (e ela é), os cursos, Departamentos e
373 Institutos/Faculdades debater-se-ão entre si, sem qualquer resolução minimamente
374 cabível. O acovardamento, que parece imperar em tempos soturnos, precisa ser
375 confrontado, sob o risco de sermos vistos aos olhos da História como responsáveis pelo
376 fim de uma era. Encarecidamente, pedimos que aquela reunião que vossa senhoria teve
377 com o coordenador de Jornalismo, em 21 de julho de 2022, às 14 horas, na Proeg e,
378 depois, na SGP, dando garantias de que o contrato da professora Tássia não apenas seria
379 cumprido até 01/01/2023 (5108287), como seria estendido até o limite de seu vínculo de
380 dois anos (julho de 2023), tenha desdobramentos concretos. Ao verificar os PIAs de todo o
381 quadro docente do curso de Jornalismo (Cuiabá), vossa senhoria constatou que um curso
382 com 3.136 horas não é capaz de funcionar com somente 11 docentes (dez efetivos e um
383 substituto). A comunidade acadêmica de Jornalismo está ciente disso, mas pretende
384 resistir. Contudo, a nossa resistência não será, em resignação, mantendo as atividades
385 normalmente, porque normalidade é algo impossível de se pensar neste contexto: como
386 um corpo docente já sobrecarregado assume encargos descobertos, ainda mais em
387 cenário repentino e sem planejamento? Em assembleia realizada no dia 13 de setembro,
388 às 10 horas, a comunidade estudantil, liderada pelo Diretório Acadêmico de Comunicação
389 Social (Dacos), deixou clara sua insatisfação, sua disponibilidade em se mobilizar, inclusive
390 não eliminando a possibilidade de paralisação das atividades do curso. No âmbito do
391 Departamento de Comunicação, o seu Colegiado do Curso defende o cancelamento das
392 seis disciplinas em vacância, em detrimento do prejuízo causado aos estudantes, posto
393 que os demais docentes já cumprem os encargos que contemplam a totalidade dos
394 Planejamentos Individuais de Atividades (PIAs). Além disso, a instância levará esta
395 manifestação à Congregação da Faculdade de Comunicação e Artes (FCA), solicitando à
396 representante da FCA no Conselho Universitário que proceda a leitura da nossa posição,
397 com pleiteio da inserção da mesma na ata do Consuni. Por fim, registramos o indicativo
398 de paralisação, aguardando os desdobramentos da pauta e decisão da assembleia
399 estudantil, como forma de registrar a insatisfação e as condições adversas com as quais
400 somos confrontados nos últimos anos com déficit no corpo docente. Esperamos que haja
401 uma reversão desta situação e que os processos passem a ser conduzidos de forma mais
402 humana e planejada junto às instâncias de base do curso. Caso continuemos a não ter
403 escuta por parte da administração superior, deixamos claro que nossa resistência,
404 prezado Pró-Reitor, será com mobilização e luta.

405 Atenciosamente,

406 Colegiado do Departamento de Comunicação | Faculdade de Comunicação e Artes (FCA)
407 Manifestação da Congregação da FCA:

408 A Faculdade de Comunicação e Artes (FCA) possui, além de cinco graduações, um curso de
409 especialização e dois programas de pós-graduação, razão pela qual esta pauta também é
410 de interesse da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), Pró-Reitoria de Pesquisa (Propeq)
411 e Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (Procev).

412 Registramos que, desde a sua fundação, em 2015, a FCA cresceu, quantitativa e
413 qualitativamente, configurando-se como um espaço de excelência na UFMT, com dezenas
414 de projetos de pesquisa, extensão e grupos de pesquisa com impactos claros na
415 sociedade. Recentemente, recebemos com grata satisfação a nota 5 conferida ao

[Assinatura manuscrita]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

416 Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (PPGECCO), assim
417 como a avaliação positiva do PPG em Comunicação, como Programa que iniciou suas
418 atividades há dois anos apenas, já tendo produzido resultados muito importantes na
419 formação e na pesquisa, sem que tenha, entretanto, visto atendida a sua demanda por
420 um servidor técnico-administrativo para os trabalhos de Secretaria.
421 Dessa forma, registramos o déficit de servidores docentes e técnicos para dar andamento
422 mínimo às atividades de ensino (graduação e pós), pesquisa, extensão e gestão. No caso
423 específico do Jornalismo, três docentes efetivos precisam ser incorporados ao quadro,
424 conforme prevê o Projeto Pedagógico do Curso, aprovado em 2017 e implementado em
425 2018 (Resolução Consepe 145/2017 e Resolução Consepe 136/2021), sob o risco do
426 currículo obrigatório não ser ofertado, prejudicando a integralização do curso dentro do
427 tempo mínimo previsto.
428 Por fim, a FCA padece de um problema gravíssimo de espaço físico, sem que haja, por
429 exemplo, espaços de trabalho para que docentes da FCA possam estar na Universidade,
430 para além da sala de aula, já que não temos gabinetes, tampouco espaços para grupos de
431 pesquisa e outras instâncias importantes para o ensino, a pesquisa e a extensão.